

DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A nova onda da polarização

Com o relatório de quase 900 páginas da Polícia Federal colocando o ex-presidente Jair Bolsonaro no papel de "participação ativa" no planejamento de um golpe de Estado, a ordem entre os adversários é bater sem dó nesse ponto em discurso e entrevistas. Enquanto isso, os bolsonaristas ficam na defensiva, para dizer que tudo é perseguição para "tirar" Bolsonaro do páreo de 2026.

Esforço em vão

Ministros e parlamentares passam esta última semana de novembro dedicados à recepção de prefeitos ávidos para fechar as contas deste ano. Só em um probleminha: sem Dino, do STF, liberar as emendas, ninguém tem como prever uma data de quando o dinheiro sai.

Agora lascou

Muitos prefeitos relataram aos deputados dificuldades para fechar as folhas de pagamento dos funcionários da área da saúde. Ou seja, ficaram contando com o dinheiro das emendas em vez de acertar tudo com recursos próprios.

A morosidade dos Poderes

Ao mesmo tempo em que o governo adia o anúncio dos cortes de gastos, será um milagre se for cumprido o cronograma, divulgado ontem, de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 e do Orçamento.

Nem todos gostaram do projeto das emendas



A lei que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a fim de garantir transparência à apresentação e liberação das emendas ao Orçamento da União não agradou a todos os parlamentares. E há quem diga que, dificilmente, agradecerá ao ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal.

"É para inglês ver o que foi feito aqui, há 15 dias. Um absurdo! Sem rastreabilidade, tudo o que a gente mudou aqui para dar um pouco mais de transparência, a Câmara tirou. De novo, o Senado foi jogado para trás. A Consultoria do Senado respondeu dizendo que

não atende às exigências de transparência e rastreabilidade do Supremo Tribunal Federal", afirmou o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

» » »

Girão aponta as emendas de comissão como mais um problema. Ele considera que apenas um grupo pequeno vai conseguir ser atendido nessa modalidade. "Se você não entra na comissão, não consegue colocar suas emendas porque o colegiado é pequeno e o caciques políticos vão colocar as pessoas deles", acusou.

CURTIDAS

Que Deus nos proteja... / No Distrito Federal, já se viu gravação que ficou conhecida como "oração da propina", nos tempos da Operação Caixa de Pandora, feita pelo então deputado distrital e evangélico Rubens Brunelli (PSC). Agora, nas quase 900 páginas de seu relatório sobre o planejamento de um golpe de Estado, a PF menciona uma espécie de "oração ao golpe".

Reprodução / Redes Sociais



... e guarde dessa gente!

O padre José Eduardo Oliveira e Silva (foto), que foi indiciado, pede que os brasileiros católicos e evangélicos incluam em suas orações os nomes do ministro da Defesa e de outros 16 generais de quatro estrelas "pedindo para que Deus lhes dê a coragem de salvar o Brasil, lhes ajude a vencer a covardia e os estimule a agir com consciência histórica e não apenas como funcionários público de farda (...)". A mensagem, diz a PF, disseminava a ideia de golpe de Estado para manter Bolsonaro no poder.

Movimento em prol do emprego e da pequena empresa

A Coalizão em Defesa do Simples Nacional realiza, hoje, em Brasília, no hotel Windsor Plaza, um almoço debate para esclarecer aos parlamentares os riscos da reforma tributária aos pequenos negócios. A ideia é proteger o Simples. Os estudos da Coalizão indicam que, nos primeiros dois anos, as empresas que pagam impostos pelo Simples, o índice de sobrevivência é de 83%, enquanto esse índice nas que se enquadram nos demais regimes tributários é de 38%.

Cresce a indústria / O Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) apresentam, hoje, o Observatório do Custo Brasil, uma ferramenta de acompanhamento que reúne dados, estratégias e avanços para enfrentar os entraves à competitividade nacional. Durante o evento, serão divulgados novos dados sobre a redução de desempenho até aqui e o que ainda pode ser feito para a diminuição do Custo Brasil.

CONGRESSO / Lula sanciona lei que estabelece regras para o pagamento de emendas parlamentares e, na sequência, Comissão Mista do Orçamento estabelece cronograma para discussão e aprovação da PLOA e da PLDO até meados de dezembro

Orçamento: votação em 13/12

» VICTOR CORREIA
» RAPHAEL PATI

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, sem vetos, o projeto de lei complementar (PLP) 175/24 que altera as regras para o pagamento de emendas parlamentares. O texto foi aprovado no Senado, na semana passada, e foi resultado de um acordo entre o Executivo e o Legislativo para tentar ajustar o repasse dos valores e aumentar a transparência. O texto foi publicado no *Diário Oficial da União (DOU)* e tenta desfazer uma queda de braço entre governo e Congresso — o Executivo reclama do avanço dos parlamentares sobre o orçamento e o Legislativo quer continuar a controlá-lo.

Com a sanção da lei que define novas regras para as emendas parlamentares, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) divulgou o calendário para a discussão

do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2025. A peça orçamentária do ano que vem foi enviada pelo governo em agosto, mas ficou parada no Congresso à espera de definição sobre o pagamento de emendas aos congressistas, que defendiam que era preciso acertar esse ponto antes de entrar na questão do orçamento.

Com a definição da regra para as emendas, a comissão deve começar a discutir o PLDO e realizar a votação do relatório preliminar hoje. De acordo com o cronograma, as emendas ao projeto devem ser apresentadas a partir de amanhã e a votação do relatório final deve ser conduzida até 10 de dezembro — véspera do dia em que a CMO estima que encaminhará o parecer à mesa do Congresso.

Já o PLOA — que serve cumprir as metas estabelecidas pela LDO, além de indicar para onde

o governo destinará os recursos a serem aplicados em 2025 — começa a ser debatido a partir de amanhã, quando serão apresentadas as emendas à despesa e à receita, inclusive as renúncias fiscais. Em 5 de dezembro, está prevista a votação do relatório preliminar e das emendas ao texto. Depois desta data, haverá um prazo para a apresentação e votação dos relatórios setoriais e do relatório geral. A ida da última versão do projeto ao plenário do Congresso está prevista para 13 de dezembro.

O relatório preliminar do PLDO define meta zero para o resultado primário do governo federal em 2025, com intervalo de tolerância de 0,25% de déficit ou superávit. De acordo com os cálculos que constam no texto, o governo poderia apresentar um prejuízo de até R\$ 30,97 bilhões que, mesmo assim, estaria dentro do intervalo de tolerância da meta.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Texto final do Orçamento deve chegar ao plenário em 13 de dezembro, mas as discussões começam hoje

Andressa Anholette/SCO/STF



Magistrado não tem data para analisar lei sobre liberação de emenda

Texto tem de passar por Dino

Apesar de o presidente Luis Inácio Lula da Silva ter sancionado, ontem, o projeto que muda as regras de pagamento das emendas parlamentares, as mudanças precisam ser avaliadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a suspensão dos repasses até que houvesse a criação de regras de transparência. A decisão do ministro Flávio Dino foi referendada pelos integrantes da Corte, em agosto. Foram mantidas apenas as emendas destinadas a obras em andamento e de financiamento de ações contra calamidades.

Lula manteve todos os pontos do texto, apesar de a proposta

inicial ter sido alterada, retirando itens considerados importantes pelo governo federal. O Executivo, por exemplo, pretendia autorizar o bloqueio orçamentário das emendas quando fosse necessário enxugar gastos, mas os parlamentares derrubaram a medida. Pela nova regra, apenas o contingenciamento — que é um bloqueio temporário dos recursos — é permitido.

A lei aprovada, porém, peca na transparência. Segundo nota técnica da Consultoria do Senado, o texto sancionado atende apenas a três das 14 exigências feitas pelo STF para aumentar a transparência dos repasses. Duas delas já

eram atendidas pela regra anterior.

Parlamentares retiraram trecho que determinava a identificação de quem indica emendas de comissão. Além disso, também não há mudanças sobre a alocação das "emendas pix" — dinheiro enviado diretamente ao caixa das prefeituras. As novas regras para emendas parlamentares determinam que os repasses devem ser feitos, prioritariamente, para financiar políticas públicas.

Com a sanção, a expectativa é que o pagamento das emendas seja liberado logo. Porém, isso depende de análise do texto por Dino, o que ainda não tem prazo para ocorrer. (VC)

» Arquivada denúncia contra ex-ministro

A Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República arquivou um pedido de investigação contra o ex-ministro dos Direitos Humanos Silvío Almeida, demitido em setembro após denúncias de assédio sexual. O processo é sigiloso e não tem relação com as acusações da ONG Mee Too, que levaram à sua destituição. Neste último caso, entre as supostas vítimas de Silvío estaria a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. O ex-ministro foi alvo de duas denúncias na CEP — teriam vindo de dentro do governo.